



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS  
PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO Nº 075/2024/PJM**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INTERNET, BANDA LARGA 30 MB, QUE DEVERÃO SER DISTRIBUÍDAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, CENTRO DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CIDADE ALTA 1 E 2, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS**

**ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA ELETRÔNICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, II, DA LEI Nº. 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INTERNET, BANDA LARGA 30 MB, QUE DEVERÃO SER DISTRIBUÍDAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, CENTRO DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CIDADE ALTA 1 E 2, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.**

– É dispensável a realização de licitação na forma do art. 75, II, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

– Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INTERNET, BANDA LARGA 30 MB, QUE DEVERÃO SER DISTRIBUÍDAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, CENTRO DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CIDADE ALTA 1 E 2, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS**, para o exercício de 2024/2025, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS**  
**PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

75 da Lei nº. 14.133/2021.

2. Consta nos autos que a necessidade da referida aquisição foi justificada no Documento de Formalização da Demanda acostado aos autos, elaborado pela servidora Suzy Helena Lisboa Moura, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro. Após encaminharam os autos a este órgão de assessoria e consultoria jurídica.

É que merece ser relatado. OPINO.

3. Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

4. Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 11.871/2023 (vigência 01/01/2024), a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

5. Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Assim, a IN SEGES/ME Nº. 67/2021, dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº. 14.133/21, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, com a finalidade de dotar de maior transparência os processos de aquisição de menor valor.

6. No caso em comento, busca-se a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INTERNET, BANDA LARGA 30 MB, QUE DEVERÃO SER DISTRIBUÍDAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS  
PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, CENTRO DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CIDADE ALTA 1 E 2, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJUÍ DOS CAMPOS, cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde. Conforme consta nos autos eletrônicos, com o Estudo Técnico Preliminar com todas as informações da demanda.

7. O preço máximo total estimado para a aquisição, conforme se extrai do Termo de Referência elaborado pelo setor demandante, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente aquisição tomou por referência por meio de pesquisa de preços realizada em site especializado. Assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

8. Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, além do art. 5º, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos eletrônicos (Lastro Orçamentário).

9. Observar a seguinte recomendação:

É observável que o prazo contratual proposto é de 12 (doze) meses, mas esta situação deverá ser bem avaliada pelos gestores. O ano de 2024 é de pleito eleitoral municipal e há prazos a serem seguidos, entre eles, o prazo do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”, além de constarem despesas e encargos compromissados até o final do mandato ou na continuidade dos contratos. Seria plausível a duração contratual fosse de mais três após o término do mandato e com disponibilidade de caixa (financeiro), para evitar incursões do Ministério Público e de terceiros.

10. Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta do Edital, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOJUI DOS CAMPOS**  
**PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

Salvo melhor Juízo. É o PARECER.

Mojuí dos Campos, 30 de abril de 2024.

**GONÇALO IMBIRIBA CARNEIRO JÚNIOR**

Procurador Geral do Município  
Decreto nº 009/2021 – OAB/PA 24632